

PINGA-FOGO

■ COUTO FICARÁ NO GOVERNO NO MÁXIMO UM MÊS - Após a publicação da nota, na edição desta segunda (12), sobre o desembargador Ricardo Couto, presidente do TJRJ, ter confidenciado que deve ficar à frente do executivo estadual de 05 de abril até 05 de junho, quando dará posse a governador eleito de indireta, a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça - TJRJ enviou a seguinte nota de esclarecimento, que publicamos na íntegra:

■ “A Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro garante que está equivocada a fonte da informação publicada na edição passada do Correio, dizendo que o presidente do tribunal, desembargador Ricardo Couto de Castro, está aguardando a sua indicação ao governo do Estado, na vacância do cargo, por força da desincompatibilização do atual governador, pela proximidade das eleições.

■ Segundo a Assessoria, o presidente do TJRJ considera como missão ocupar a cadeira do governo, com o afastamento de Cláudio Castro para disputar o futuro pleito eleitoral.

■ O desembargador tem evitado comentar o assunto em seu círculo, para evitar especulações, pois assumir o governo do Estado neste período, é uma das obrigações inerentes ao seu cargo na estrutura da administração pública e considera, no máximo, a possibilidade de ficar um mês.”

■ COMANDANTE DO CBMERJ NEGA APOIO A CRIANÇAS AUTISTAS - No Natal, o projeto Heróis do Amor, que atende crianças autistas PCDS, que é tocado de forma voluntária por ofícios do Corpo de Bombeiros Militar do Rio, tem sido a quase uma década um exemplo de cidadania. Os militares praticamente adotam uma das crianças que recebem um kit básico de chinelos, roupas e visitam a praia e quartéis. Neste ano houve uma frustração geral. O Comandante-Geral da Corporação negou apoio e não cedeu o ônibus para o transporte das crianças. E olha que o moço é pastor... o espírito natalino não valeu nesta ação de cidadania.

■ O PESADELO DA CASA PRÓPRIA NA CURY - Os problemas com a entregas dos imóveis da Cury está irritando os compradores que veem o sonho da casa própria se transformar em pesadelo. O chamamento para a entrega das chaves dos empreendimentos na zona portuária do Rio está uma bagunça. Os compradores são submetidos a uma interminável fila de espera e tudo é feito de forma improvisada com as unidades entregues de forma inacabada.

■ O volume de vendas da empresa foi grande, o atraso das obras ocorre sem o menor respeito ao prazo prometido. O problema é que a empresa avança em um segmento de maior poder aquisitivo na Barra e vem repetindo os mesmos erros.

■ A construtora já é líder no Reclame Aqui, de queixas referentes ao mercado imobiliário. É tanto descaso que o receio dos compradores é que isso se reflita na valorização dos imóveis.

■ CAIXA PRETA - Ainda fora do ar no site do FUNESBOM, na Aba Transparência, a prestação de contas dos gastos da taxa de incêndio. Falta as atas e os balanços do fundo. Tudo guardado à sete chaves.



MAGNAVITA
claudio.magnavita@gmail.com
@colunamagnavita

Presidente do TRE-RJ visita o Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente

TRE-RJ



Magistrado fez questão de passar por todos os andares para conhecer as instalações e as(os) servidoras(es)

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), desembargador Claudio de Mello Tavares, visitou, na última semana, o Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente, novo prédio sede desta Justiça especializada que funciona em frente ao Palácio da Democracia, no Centro do Rio.

O magistrado iniciou a visita pela Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) e pelo protocolo e depois conheceu as dependências de todos os 11 andares do edifício. O presidente conversou com servidoras e servidores de diversas unidades administrativas.

A visita foi acompanhada pela secretária-geral da Presidência, Laura Bernardes, pela diretora-geral, Eline Iris, pelo secretário de Manutenção de Serviços Gerais, Fulvio Fonseca, e pelo coordenador de Comunicação Social, Stéfano Salles.

O Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente foi inaugurado

em outubro do ano passado e abriga as secretarias de Administração, de Orçamento e Finanças, de Serviços Gerais e Manutenção, de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação.

Durante a sua gestão na Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral, de março a dezembro de 2025, o desembargador Claudio Mello já havia visitado zonas eleitorais em todo o estado e a Central de Armazenamento de Urnas Eletrônicas.

Lewandowski se apequenou no seu último ato no Ministério da Justiça

Lula Marques/Agência Brasil

Por Claudio Magnavita*

Tem homens públicos que se apequenam no apagar das luzes de uma trajetória por decisões erradas, por senilidade ou pelo descuido de cuidar do seu encontro com a história. O agora ex-ministro da Justiça e Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, se enquadra neste quadro lamentável. O seu último ato no Ministério foi encaminhar à Polícia Federal (PF) o pedido da deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG) para que a PF investigue o senador Flávio Bolsonaro por publicações que associam o Presidente Lula ao ditador venezuelano Nicolás Maduro.

■Ao resolver vestir o pijama, Ricardo Lewandowski deveria ponderar qual seria o seu último ato no MJ. Escolheu atacar a liberdade do exercício do mandato parlamentar e ocupar a Polícia Federal com a denúncia de uma militante da esquerda que busca a ribalta e “denuncia” uma suposta prática de crimes contra a honra de Lula ao citar uma postagem do pré-candidato do PL à Presidência, na qual ele afirma que Maduro iria delatar o petista, o que causaria o fim do “Foro de São Paulo”, realizada logo após o venezuelano ter sido capturado pelos Estados Unidos. A deputada do PT mineiro também alega que Flávio teria cometido os delitos de calúnia, difamação e injúria ao associar Lula e o grupo que reúne partidos de esquerda

da América Latina a crimes como tráfico internacional de drogas e armas, além de lavagem de dinheiro.

■Os embates entre parlamentares de correntes tão diferentes é normal. Travam uma luta ideológica comum na polarização. No caso, o próprio PT de Dandara se colocou em defesa de Maduro e as acusações feitas pelos EUA ao presidente venezuelano reforçam as críticas do senador.

■Lamentável é a pressa de um agora ex-ministro de ser servil e despachar para a Polícia Federal um pedido de investigação que mereceria ser duplo. Deveria também pedir para a PF investigar a esquerda pelas acusações feitas pelo parlamentar de direita.

■Lewandowski sempre foi descuidado com a sua biografia. Deixou o STF e foi advogar para clientes polêmicos e, ainda na presidência da corte suprema, esteve à frente

Ao resolver vestir o pijama, Ricardo Lewandowski deveria ponderar qual seria o seu último ato no MJ

do julgamento no Senado que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff. Aceitou ser ministro da Justiça e atentou com a autonomia federativa ao defender a subordinação das forças de segurança dos estados ao Governo Federal.

■Poderia ter saído de cena de forma mais nobre. Ele se apequenou mais uma vez, vai ser lembrado como um ministro que, no seu último ato, tentou arrastar e prejudicar a imagem do opositor do seu chefe. Uma gesto inócuo, que a farta documentação e reportagens demonstram como o regime de Hugo Chaves financiou a esquerda na Argentina e no Brasil e como os marqueteiros do PT fizeram a campanha de Chaves, recebendo das mãos do próprio Maduro sacolas de dinheiro vivo, sempre em dólar.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã